

Impostos

Reforma tributária é necessária

Proposta deve ser alvo de mais debates no governo Dilma; tema é fundamental para melhorar competitividade

KATIA BRITO
Da reportagem local

Mauricio Sumiya



Junji: "Mais oportunidades"

A realização de uma reforma tributária que simplifique, aperfeiçoe e modernize o atual sistema é imprescindível, segundo especialistas, mas há dúvidas sobre sua aprovação durante o mandato de Dilma Rousseff (PT), que terá início em janeiro de 2011. A carga tributária brasileira é considerada a mais alta do mundo. Estimativas apontam que ela deve chegar a 35,57% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano.

Para o advogado tributarista e professor de Direito Tributário da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), José Edson Campos Moreira, a proposta em discussão no Congresso está longe da ideal: "Desde a Constituição de 1988, ouvimos falar em reforma. Acredito que o texto atual dificilmente passaria. É preciso que haja uma discussão mais ampla, envolvendo toda a sociedade".

Um dos itens conflitantes é a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), hoje de competência estadual, que passaria a ser disciplinado pela União. "Esta alteração abre precedente para que isso seja feito com outros impostos. Outro ponto é o direcionamento do ICMS para os Estados destinatários, prevendo a criação de fundos para compensar a perda de arrecadação de Estados produtores, o que não seria suficiente", acredita.

Segundo o presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Waldir Pereira Gomes, a reforma é um anseio de todos desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e, agora, como a nova presidente terá maioria no Congresso, quem saiba possa levá-la adiante. Gomes, porém, aponta outros problemas que devem ser resolvidos: o corte de gastos governamentais e a questão cambial.

A reforma será uma das bandeiras do deputado federal eleito Junji Abe (DEM). "O País tem o maior número de impostos do mundo, que são também os mais caros, além das maiores taxas de juros. Estes fatores precisam ser reduzidos gradativamente para que a iniciativa privada seja mais competitiva, gerando mais riqueza, empregos e oportunidades, e para que Estados e municípios que dependam da arrecadação possam chegar a um equilíbrio", afirma o ex-prefeito de Mogi.

Junji aponta, ainda, a necessidade de reforma de ordem política, partidária e eleitoral antes mesmo da tributária. Pois defende que se não há estrutura econômica e financeira não há como conferir sustentabilidade à redução dos impostos.

O deputado federal reeleito Valdemar Costa Neto (PR), salienta a importância do tema: "A reforma é de extrema relevância para o desenvolvimento do País e integra um dos pontos do programa do Partido da República (PR) e deverá constar da pauta de avaliações no Congresso Nacional durante o mandato da nova presidente".

CPMF

Diante deste cenário, o possível retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) é bastante criticado. Na avaliação de Moreira, é temerária a volta do imposto neste momento, embora ele seja um exemplo de isonomia e igualdade, já que todos pagam sem exceção. "A primeira coisa que se faz é instituir um novo tributo, em vez de verificar as despesas correntes", contesta.

Hoje, às 16 horas, representantes de entidades públicas e privadas e políticos se reúnem na sede regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), no centro de Mogi das Cruzes, para discutir estratégias de protesto contra o retornodesta contribuição.